

DEBAISE, Didier.

*Um pragmatismo das potências*

Publicado na revista *Multitude* 22, outono de 2005, p 103-110.

Link para a revista: <https://www.cairn.info/revue-multitudes-2005-3.htm>

Tradução: Anônimo do séc.XX

(104) O que é uma abordagem pragmática da potência? Antes de dar verdadeiramente sentido a esta questão, é necessário tentar livrar o “pragmatismo” dos quiproquós, preconceitos, interpretações falaciosas que o acompanharam e fizeram deste um pensamento “ingênuo”, uma espécie de filosofia prática cuja função teria sido a de dar ao pensamento americano uma base que lhe permitisse justificar o que ele não parava de fazer na prática. É este o juízo de Horkheimer que terá como consequência produzir uma ignorância e uma rejeição massiva do pragmatismo por parte do pensamento de esquerda na Europa: “sua filosofia reflete, com uma candura quase desconcertante, o espírito da cultura dos negócios então dominante e, precisamente, esta mesma atitude do ‘sejamos práticos’ em oposição ao que tinha concebido a meditação filosófica propriamente dita”.<sup>1</sup>

O pragmatismo teria sido, no máximo, o suplemento de alma de uma situação que ele simplesmente pretendia justificar<sup>2</sup>. Ao contrário dessa atitude, não vendo senão um sintoma, perguntamos de preferência : o que o pragmatismo tenta operar? Tomemos as proposições, os enunciados, a maneira pela qual ele se constitui. Conforme for o caso, poderemos então perguntar se ele hoje tem alguma eficácia numa situação, no mínimo, diferente, se ele pode responder de maneira adequada ao que constitui nossa experiência atual.

A primeira proposição, constitutiva do pragmatismo, é enunciada pela primeira vez nos *Essays in radical empiricism* de W.James: “não podemos admitir em nossas construções nenhum elemento do qual não fazemos a experiência, nem excluir delas todo elemento do qual fazemos a experiência”<sup>3</sup>.

O pragmatismo aí se apresenta sob a forma de uma *regra* ou de uma dupla exigência: só integrar elementos da experiência e nada rejeitar dela. Neste sentido, há um empirismo radical no fundamento do pragmatismo: somente a experiência importa na multiplicidade de seus aspectos, dos modos de existência que a compõem, tudo é aí tomado no mesmo plano: ideias, proposições, impressões, coisas, indivíduos, sociedades. A experiência é este conjunto difuso, embaralhado, de coisas, movimentos, devires, relações, sem distinção primeira, sem princípio fundador. O

1 Citado por Lapoujade em *William James. Empirisme et pragmatisme*, Presses Universitaires de France, 1997, pp. 5-6.

2 Horkheimer nada mais faz aqui do que retomar uma ideia que encontramos notadamente em Hegel quando, falando de Bacon, escrevia: “é ele que é propriamente o chefe e o representante do que podemos chamar de filosofia na Inglaterra, filosofia da qual eles ainda não saíram completamente. Eles parecem constituir, efetivamente, na Europa o povo que, limitado ao entendimento da realidade efetiva, está destinado, como os lojistas e artesão no Estado, a ficar sempre mergulhado na matéria e a ter como objeto a realidade efetiva e não a razão” (Hegel, *Leçons sur l'histoire de la philosophie*, trad. fr. Pierre Garniron, vol.6, Vrin, 1985, p.126)

3 W.James, *Essays in radical empiricism*, University of Nebraska Press, 1996, p.22.

pragmatismo é, antes de tudo, a recusa em fazer derivar certas partes da experiência de outras partes, de reduzi-la à menor dimensão. Só há, para o pragmatismo um único plano da experiência, mesmo que ele não pare de variar, de se hierarquizar em relação às perspectivas que decidimos cultivar a seu respeito. A experiência primeira, aquela com a qual convém começar, é feita de pontas de psiquê, pedaços de objetos, partes de indivíduos. (105) Não é composta nem de objetos nem de sujeitos, não é individual nem coletiva, nem psíquica nem social, mas essencialmente híbrida, entrelaçada. Como escreve W.James em *A pluralistic Universe*: “o que existe realmente não são as coisas, mas as coisas se fazendo”<sup>4</sup>. É, por sinal, esta ideia de “fazer” que deu à luz a palavra “pragmatismo”: ela é construída a partir de “pragma” que significa experiência, mas remete também a “praxein” que significa “agir”, “fazer”, ou ainda “performar”.

### O estabelecimento de um pensamento técnico

Vemos na proposição de W.James, que é antes de tudo uma regra: o pragmatismo é menos uma visão do real, uma teoria sobre a experimentação, do que uma *técnica*. Poderíamos dizer, se a palavra não estivesse sobrecarregada e se não arriscasse a produzir ainda mais quiproquós, que é um *método*, no sentido de uma *maneira* de colocar os problemas, as ideias, de construí-las, de avaliá-las, que está em jogo. O que os pragmatistas buscaram, foi traduzir todos os problemas da filosofia em questões puramente *técnicas*: *como se constrói uma ideia? Como se constitui e se mantém um público? Como se propaga uma invenção? Como aumenta ou diminui a confiança nas possibilidades de se produzir mudanças?* Eles desertaram de todas as questões normativas ou de essência em favor das exigências de fabricação e de construção. Métodos, técnicas sempre locais e situadas, embora possam ser ampliadas por retomadas, transferências e reapropriações<sup>5</sup>.

Nesse sentido, o pragmatismo, enquanto pensamento técnico, tem dois aspectos: em primeiro lugar, é uma técnica de avaliação. Trata-se de colocar à prova todas as ideias, proposições, teorias, de avaliar a pertinência e a verdade delas. O critério de provação é a máxima bem conhecida estabelecida por C.S. Peirce em seu ensaio intitulado *How to make our ideas clear* (1878): “toda distinção teórica deve conduzir a uma diferença na prática”<sup>6</sup>. Selecionar e avaliar as ideias quer dizer, percorrer seus efeitos na experiência, seus efeitos práticos. Trata-se de deslocar os problemas: não analisar intrinsecamente as ideias ou proposições, mas *experimentar* os efeitos delas. Assim escreve W.James, “não temos que procurar de onde provém a ideia, mas aonde ela conduz”<sup>7</sup>. A função de uma ideia é essencialmente a de produzir um movimento, de indicar uma direção, de estabelecer uma trajetória. Toda a questão da avaliação das ideias se torna, desde então,

---

4 W.James, *A pluralistic universe*, University of Nebraska Press, 1996, p. 117.

5 Ver sobre isso Philippe Pignarre e Isabelle Stengers, *La sorcellerie capitaliste. Pratiques de désenvoûtement*, La découverte, 2005, particularmente os capítulos 12 e 13.

6 C.S. Peirce, *The Essential Peirce. Volume 1*, Indiana University Press, 1992, p. 132.

7 Citado por Lapoujade, *William James. Empirisme et pragmatisme*, PUF, 1997.

uma questão relativa ao movimento introduzido por ela, aos efeitos que ela provoca na experiência. P.Pignarre e I.Stengers, em *La sorcellerie capitaliste*, se inscrevem no (106) prolongamento desta função do pragmatismo. Eles escrevem: “o pragmatismo é uma arte das consequências, uma arte do 'prestar atenção'”<sup>8</sup>. Eles fazem dessa “arte” um ponto de resistência prático a todas as formas de fechamento quanto às consequências ligadas às proposições e decisões: “Nunca diremos que o capitalismo é 'pragmático'. Ele é antipragmático por excelência, pois o procedimento de redefinição sistemática que lhe é associado não está obrigado a qualquer verificação, nem por um pensamento preocupado com as consequências. O capitalismo é o que não para de inventar os meios de submeter a suas próprias exigências aquilo com que lida – e as consequências não lhe dizem respeito; ele as externaliza (que outros paguem), ou as define como matérias potenciais para novas operações”<sup>9</sup>. O que eles chamam de “verificação” corresponde muito adequadamente a esta técnica de avaliação como experimentação das consequências, esta “arte” dos efeitos.

Em segundo lugar, o pragmatismo visa a colocar em evidência as *técnicas de construção e de invenção de ideias*. Não se trata mais de avaliar ideias ou proposições existentes, se bem que as duas operações estejam ligadas, mas de produzir novas. É aqui que o pragmatismo se aproxima de formas “artificialistas”, de uma sensibilidade particular aos modos pelos quais se constroem as ideias. Se a experiência não é o conjunto das coisas que existem, mas de realidades que se fazem, das tendências, das possibilidades, as ideias não podem ser produzidas sob o modelo da realidade, em vista de uma semelhança qualquer. A ideia não visa ao que é, mas às tendências que daí emanam; ela se estabelece numa “confiança” na possibilidade de uma situação e do que pode surgir. Tem a ver essencialmente, segundo os pragmatistas, com o futuro de uma situação, não no sentido em que esse futuro poderia ser conhecido, já dado virtualmente, mas no sentido em que existem linhas no interior da experiência que a ideia pode exprimir e conduzir a experimentar. Para que ela possa, assim, corresponder de uma maneira particular a este “fazer” da experiência, a ideia deve exibir as operações pelas quais se instaura, se constitui. A correspondência entre uma ideia ou uma proposição e a experiência nunca é literal, se deve exprimir pontas de devir, ela assinala, em vez disso, analogias complexas nas operações, nos modos de fabricação: o movimento das ideias se funde com o movimento da experiência.

### **As potências da experiência**

Se o que importa, não são tanto as coisas, os indivíduos, os grupos ou as técnicas, em suas identidades próprias, mas sim aquilo em que são suscetíveis de devir ou de *fazer*, se abre, então, todo um (107) domínio inédito da experiência. É para experimentar esse domínio, não para fundá-lo ou conhecê-lo, mas para explorá-lo, que temos necessidade de técnicas de avaliação e de criação. O

<sup>8</sup> I.Stengers e P.Pignarre, *op.cit*, p.30.

<sup>9</sup> *Ibidem*.

conceito central que vai permitir exprimir essas dimensões da experiência, enquanto processos contínuos de fabricação e de transformação, é o conceito de *potência*. Se o pragmatismo fornece elementos centrais para um pensamento *técnico* da experiência, nele, no entanto, não encontraremos construção explícita do conceito de potência, já que este só é por ele mobilizado de modo implícito.

É por isso que podemos dizer que o campo de um pensamento pragmático das potências permanece por construir. É todo um projeto que deve encontrar sua forma e suas orientações. No entanto, os elementos que desenvolvemos têm por função permitir estabelecer as exigências e os eixos gerais deste pensamento singular das potências. Em primeiro lugar, definindo a experiência como o que se “faz”, o que se “constitui”, como um conjunto de processos de individuação que interagem uns com os outros, somos obrigados a recusar toda definição da potência como *conservação*. Esta ligação entre *potência* e *conservação* atravessou a história da filosofia e se estabeleceu em registros, ao mesmo tempo, ontológicos e políticos. Diremos, segundo essa abordagem da potência, que um indivíduo, um objeto, ou um grupo *possuem* ou *exercem* uma potência quando têm a capacidade de se *conservar* nos ambientes, os quais se limitam na maior parte do tempo a favorecer ou a reduzir esta capacidade de conservação de si. Todas as expressões mais comuns da potência como “dominação”, “apropriação”, ou ainda “controle”, são, frequentemente, somente expressões superficiais da potência como conservação. Ora, o que se apresenta nessa questão da *conservação* é uma relação a si. A ideia implícita que a anima é a de que a potência seria uma *qualidade* de um ser, algo que lhe pertenceria ou que emanaria do que ele é.

A proposição primeira, a partir da qual a abordagem pragmática pode verdadeiramente se desdobrar numa relação mais adequada à experiência, é que a potência não é uma qualidade, mas um *feito*. Proporei uma definição<sup>10</sup> muito geral que tenta sair da relação com a conservação enquanto se instala num pensamento dos efeitos, esboço da construção do campo aberto de um pensamento pragmático das potências: chamaremos de potência *a capacidade para produzir uma mudança num outro*. Esta definição só faz sentido no interior de um conjunto de precisões que lhe fixam os termos.

Em primeiro lugar, ela acentua uma certa “capacidade”, uma “aptidão”, ou ainda, uma “disposição” (hexis). Tudo se passa como se, (108) para cada elemento da experiência, houvesse um prisma de “aptidões”, uma constelação de possibilidades que a acompanhassem. Essas “aptidões” não são algo que se acrescenta, uma dimensão superficial da experiência, elas participam da própria definição da experiência. Indicar o que é um objeto técnico, um indivíduo, uma coisa, é não

---

10 Trata-se da retomada de uma proposição da *Metafísica* de Aristóteles. Ver *Métaphysique*, Vrin, vol.2, p.24. Ver também o comentário de Heidegger, Aristóteles, *Metafísica* 1-3. De l'essence et de la réalité de la force, Gallimard, 1991. Esta definição permaneceu, na história da filosofia, minoritária em relação a uma outra definição que Aristóteles desenvolveu no mesmo capítulo: a potência de ser, a potência como capacidade para ser algo. Estes dois sentidos da potência – capacidade de produzir uma mudança e capacidade para ser algo – propiciaram o nascimento, quando traduzidos para o latim, dos conceitos de “potentia”, para o primeiro e de “possibilitas”, para o segundo, dos quais derivaram as concepções modernas de potencialidade e de possibilidade.

somente afirmar o que eles são em “ato”, em sua realidade efetiva, mas também todas as “disposições”, “orientações” que os atravessam. São abundantes os exemplos na *Metafísica* de Aristóteles: o olho é o que tem a capacidade de ver, mesmo que não veja atualmente, o braço tem a capacidade de pegar, o sábio de meditar, etc. A cada vez, trata-se de distinguir entre o *exercício* de uma capacidade (ver, pegar, construir em Aristóteles) e esta capacidade enquanto tal (“poder fazer” tal e tal coisa, “ter a faculdade de”). O essencial sendo que as “aptidões” nunca são gerais ou abstratas. Elas estão verdadeiramente *situadas*, engajadas no interior de uma existência concreta: é tal coisa em tal circunstância que tem tal ou tal aptidão. Independentemente desse conjunto ligado – circunstância, especificidade, existência real – a potência é somente uma abstração vazia de sentido. As questões importantes sendo: onde? Quando? E como uma aptidão emerge?

Em seguida, esta definição indica que a potência não pode ser concebida independentemente de uma relação. De fato, se a potência é a capacidade para produzir uma mudança em outro, ela supõe ao menos dois termos: o que incita ou produz a mudança e aquele que opera esta mudança. Nos termos do pensamento clássico, diremos do primeiro que ele é uma “potência ativa” e do segundo que ele é uma “potência passiva”. Essa distinção não tem outra significação a não ser técnica, a de uma diferença entre “suscitar” ou “provocar” e “apropriar-se” ou “integrar” uma mudança. Nos dois casos, há uma atividade. Encontramos em Locke exemplos ilustrativos desta atividade conjunta das potências ativa e passiva. Num capítulo fundamental de seu *Ensaio sobre o entendimento humano*, capítulo intitulado “sobre a potência”, Locke escreve: “Dizemos que o fogo tem a potência de fundir o ouro, ou seja, de destruir a união de suas partes insensíveis e, por consequência, sua dureza, [...] que o sol tem a potência de branquear a cera e que a cera tem a potência de ser branqueada pelo sol [...]”<sup>11</sup>

A potência do fogo, sua capacidade de branquear, encontra a potência da cera, sua capacidade para ser branqueada. Não encontraremos, nem no sol nem na cera, a causa da transformação operada por esta. Independentemente das potências passivas que podem se apropriar e operar uma mudança, por sua própria conta, as potências ativas são ineficazes. Estes exemplos de Locke podem ser generalizados a todas (109) as situações da experiência: o encontro de corpos, de objetos, de grupos, de invenções – em todos os casos, o que é primeiro é o encontro de potências que suscitam com outras que operam mudanças que lhes pertencem. Cometeríamos, evidentemente, um erro se pensássemos que “potências ativas” e “potências passivas” são estados que pertencem e se identificam aos elementos em questão. Tudo é questão de lugares e de economia de relações: numa tal situação, no encontro com tal elemento, se distribui uma relação ativo/passivo que pode se transformar inteiramente num outro agenciamento. Nada está determinado a priori. E mesmo se os exemplos que acabamos de dar são intuitivos, eles têm um limite: eles só levam em conta dois

---

11 J.Locke, *Essai philosophique concernant l'entendement humain*, trad.fr. Coste, J.Vrin, 1972, p.180.

termos (fogo/ouro, sol/cera). Ora, nas situações concretas, essas relações de potências são múltiplas e não param de variar: uma potência ativa é simultaneamente a potência passiva de uma outra relação, segundo outra perspectiva e, o mais frequentemente, ela é as duas simultaneamente, na interseção de uma multiplicidade de potências passivas/ativas.

Enfim, essa definição da potência implica que esta tem essencialmente a ver com a noção de *mudança* ou de *transformação*. O que importa, não é tanto a identidade da coisa que recebe a mudança quanto a maneira pela qual esta mudança é suscitada, integrada, realizada por sua própria conta. Esta definição se opõe de frente, de modo evidente, à ideia de potência como conservação de si; ela se situa num outro nível, sobre outro plano. Não se trata mais de saber se a potência permitirá a um ser se transformar se conservando, mas, ao contrário, ver como, partindo da transformação, algo pode, ou não, persistir. Ligando potência e mudança, saímos de uma lógica da repetição e da generalização do mesmo em proveito de uma economia da transformação e da novidade num agenciamento concreto. É esta nova economia da potência, estabelecida sobre a diferença entre o que incita e o que se apropria enquanto relações de transformação, que é a verdadeira aposta desta definição da potência.

### **Experimental potências**

O pragmatismo enquanto técnica – arte dos efeitos e da construção – se desdobra plenamente nesta questão da potência como capacidade para a transformação. As características da potência – aptidão, relação e transformação – se subtraem a todo conhecimento objetivo em proveito dos efeitos de encontro e das trajetórias de transformação. Qualquer que seja o domínio – físico, biológico, psíquico ou coletivo –, trata-se de estabelecer técnicas, sempre (110) específicas, permitindo avaliar os efeitos e percorrer linhas de transformação induzidas pelo encontro das potências. Se um certo tipo de conhecimento não é o modo adequado para dar conta desses efeitos, é porque ele visa somente ao identificável, ao atual e não a esta multiplicidade de aptidões e de transformações. O conhecimento deve ser completado por um pensamento de ideias como experimentação que não repousa sobre nenhuma das bifurcações do conhecimento. Essa experimentação não se dá nem em sujeitos nem em objetos, nem nos indivíduos nem nos grupos; não se define nem sob o modo do particular nem sob o do geral. Seu modo é o de partes envolvidas da experiência, de agenciamentos, em que se trata de prolongar ou de suscitar as possibilidades que provêm do conjunto das relações de potência. O pragmatismo se transforma, então, numa física das relações: qual possibilidade surge de tal agenciamento? O que se passa se modificamos um dos elementos? Podemos somar ou diminuir componentes? O postulado inicial sendo: não sabemos o que pode surgir do encontro de duas potências, podemos somente experimentar nos engajando no interior das linhas produzidas por esses encontros.